

# A NOVA ERA DO CAPITAL: O “CAPITALISMO LEVE” E A PRODUÇÃO DO DESEJO DE CONSUMIR

Henrique Breviglieri<sup>1</sup>

**RESUMO:** tradicionalmente, o capitalismo é dividido em três grandes etapas em seu desenvolvimento histórico: 1) “Mercantilismo”; 2) “Capitalismo Industrial”; 3) “Capitalismo Monopolista Financeiro”. Não se pode considerar, face ao cenário geopolítico e econômico atual, que esta última etapa ainda perdura. Tendo ciência disso, este artigo tem como objetivo principal fazer aproximações teóricas sobre o estado atual do capitalismo, com o fulcro no conceito de “Capitalismo Leve”, cunhado pelo sociólogo Zygmunt Bauman, que seria o modo atual do capital na “Modernidade Líquida”. Para tanto, foi feito um levantamento bibliográfico, buscando sustentar as leituras das diferentes fases do capital em autores consagrados nos estudos científicos sociais. O capitalismo, em sua fase atual, tem como elemento mantenedor a produção do desejo de consumo, manipulando este desejo para que a insatisfação do consumidor o conduza, de forma incessante e insaciável, a consumir como um meio de se suprir e, até mesmo, como busca por autorrealização.

**Palavras-chave:** Capitalismo. Produção de desejo. Evolução do capital. Atualidade do capitalismo. Modernidade Líquida.

## Introdução

Costumeiramente, entre historiadores, sociólogos, economistas e cientistas políticos, declara-se que o capitalismo, desde a sua origem, teve três fases de evolução: 1) “Mercantilismo”; 2) “Capitalismo Industrial”; 3) “Capitalismo Monopolista Financeiro”. Considerando que o Mercantilismo se inicia com a ascensão dos Estados Nacionais Modernos no século XVI e encerra-se com as revoluções industriais nos séculos XVIII e XIX, que o Capitalismo Industrial impera a partir destas revoluções e encerra-se com a formação dos “impérios” monopolistas do capital (Hobsbawn, 2008) ao final do século XIX e na primeira metade do século XX, fica faltante uma compreensão de qual é a era do capitalismo na atualidade.

Partindo da obra do sociólogo Zygmunt Bauman (2001), podemos compreender esta nova era do capitalismo como a idade do “Capitalismo Leve”

---

<sup>1</sup> Graduado em Filosofia pelo Centro Universitário Claretiano – Polo Batatais, SP e concluinte de graduação em Psicologia pelo Centro Universitário Municipal de Franca, SP.

e da produção do desejo de consumir. Distintamente do “Capitalismo Pesado” da era dos impérios monopolistas, em que havia dispositivos grandiosos, relações fixas de trabalho e planos de carreira bem-delimitados, o “Capitalismo Leve” dá-se ao portátil, “líquido”, fácil de manipular e transferir, impermanente nas suas formas, com dispositivos que não se propõem à ocupação do espaço e nem à manutenção no tempo por longos períodos.

Ademais, utilizando o conceito áureo de Norbert Elias (1994) de “Sociedade dos Indivíduos”, o espaço público é esvaziado e as ações coletivas perderam a razão de existir nos dias de hoje, formando uma sociedade que atende como nunca às pretensões liberais de supremacia dos indivíduos e apequenamento do Estado, como ansiava Robert Nozick e o “movimento libertário” (SANDEL, 2019). As sociedades contemporâneas são formadas por indivíduos isolados do espaço de “comunhão”, buscando se realizar individualmente. As alternativas para as realizações nunca foram tão numerosas, mas, como lembra Sartre, quanto maior a liberdade de escolher, maior a angústia (CRESPO, BOTELHO & KRASTANOV, 2013). Estas alternativas, no entanto, não se dão aos indivíduos ansiosos, insatisfeitos e sedentos de qualquer modo, elas se dão através de possibilidades de consumir. Desta maneira, defronte aos integrantes da Sociedade dos Indivíduos está um catálogo infinito de possibilidades de consumo. O ataque ao catálogo é o que mantém vivo o capital de hoje.

### **Mercantilismo – a primeira era**

No célebre livro que serviu de fulcro para a construção da sociologia contemporânea, “Economia e Sociedade”, Max Weber compreende o Mercantilismo como a identificação dos Estados Racionais (chamados tradicionalmente entre historiadores de “Estados Nacionais Modernos do Ocidente”) com o Capital, levando não apenas ao extremo do intervencionismo estatal, mas ao monopólio do Capital pelo Estado.

*Mercantilismo* significa a transferência do empreendimento aquisitivo capitalista para a área política. Trata-se o Estado como se este se compusesse exclusivamente de empresários capitalistas; a política econômica em relação ao exterior baseia-se no princípio de passar para trás o adversário, de comprar o mais barato

possível e de vender muito mais caro. O fim consiste em fortalecer o poder da direção do Estado ao exterior. Mercantilismo significa, portanto, a formação de uma potência estatal moderna, e isso diretamente mediante o aumento das receitas principescas, e indiretamente mediante o aumento da capacidade tributária da população (WEBER, 2015, p.523, grifos do autor).

Quando das suas consolidações, os Estados Nacionais Modernos (ou “Estados Racionais” na terminologia de Weber) travaram uma luta pela apoderação e apropriação de capital entre eles, fazendo emergir o capitalismo moderno ocidental em sua forma inicial: o Mercantilismo.

O Estado, no sentido do Estado *racional*, somente se deu no Ocidente. A luta constante, em forma pacífica e bélica, entre Estados nacionais concorrentes pelo poder criou as maiores oportunidades pelo capital, que estava livre de estabelecer-se em qualquer lugar e lhe ditava as condições sob as quais o ajudaria a tornar-se poderoso (WEBER, 2015, p.517, grifos do autor).

Além da identificação do poder político do *ancien régime* dos Estados Racionais com o poder sobre o capital (que levou à aliança entre os poderes monárquicos e a nova burguesia) e da corrida pela apropriação do Capital, sob a forma das grandes navegações para a exploração das riquezas e da mão-de-obra dos países colonizados, por exemplo, o Mercantilismo destaca-se por outras características, como: 1) Protecionismo: proteção da economia do próprio Estado frente ao comércio externo; 2) Monopolização: o governo régio controlava e determinava quem teria o monopólio de determinado setor; 3) Colonialismo: divisão de colônias que deveriam dar lucro à metrópole; 4) necessidade de ter uma balança comercial favorável: exportar (vender) mais do que importar (comprar); 5) Metalismo: enriquecimento através do acúmulo de metais preciosos e exploração de metais de territórios que não faziam parte do território da metrópole, mas, sim, das colônias e de outros pontos de exploração; 6) Comercialismo: a compra de produtos de determinados territórios para a venda em outros; 7) *Plantations*: implantação de monoculturas para exportação em grandes latifúndios e utilização de mão-de-obra escrava; 8) *Colbertismo*: transformação de um produto natural (matéria-prima extraída das terras colonizadas) em um produto manufaturado para a venda na metrópole e para exportação.

Por diversos fatores, que serão elencados a seguir, ocorreu a Revolução Industrial, iniciada na Inglaterra em sua primeira fase e expandida a outros países da Europa e ao Japão e aos Estados Unidos na fase seguinte, marcando a derrocada do Capitalismo Mercantil e o início do Capitalismo Industrial.

### **O Capitalismo Industrial – a segunda era**

A primeira fase da Revolução Industrial ocorreu na Inglaterra por uma série de motivos. Em primeiro lugar, em razão da Revolução Puritana e da Revolução Gloriosa no Século XVI, que transformou a Inglaterra em uma Monarquia Parlamentar Constitucional, a Inglaterra teve um grande acúmulo de capital pela assunção da burguesia sobre controle do governo inglês, implantando medidas que favoreceram o acúmulo de capital. O comércio marítimo e a pirataria também favoreceram esse processo.

O segundo ponto é que a Inglaterra tinha fartura de mão-de-obra, já que mediante a “política de cercamentos” (retirada as terras coletivas e cercamento os campos, tornando um burguês o proprietário dessas terras), houveram enormes movimentos de êxodo rural e crescimento urbano.

O terceiro fator é que a Inglaterra possuía uma abundância de recursos naturais, como o carvão mineral, o ferro, a lã e o algodão (trazido das Américas). Esses recursos foram utilizados como matéria-prima para os produtos industrializados no Século XVIII.

Por fim, houve incentivo religioso por parte dos puritanos e dos anglicanos que, ao contrário do catolicismo, não condenavam a riqueza, mas a estimulavam, acreditando que a riqueza indicava o recebimento da “Graça” que levaria os predestinados à salvação, o que, como apontou Weber (2015), fez com que o capitalismo surgisse primeiro nos países protestantes.

A Revolução Industrial conduziu à aceleração da produção, a inovações técnicas, a recondução da manufatura para a maquinofatura (transformando os artesãos em operários), ao comércio industrial e à divisão de classes em “Burguesia” e “Proletariado”, o que é melhor explicado pelo “Materialismo Histórico-Dialético” de Karl Marx e Friedrich Engels.

Dentro da abordagem de Marx e Engels, a construção das sociedades humanas dá-se através de um processo contínuo de marcha dialética, em que

teses e antíteses entram em conflito para chegar até a anulação desse combate, mediante a complementação entre elas: a síntese. O percurso da História é um trajeto dialético, em que sistemas, propostas, doutrinas, partidos, nações e estados entram em relações de oposição. As classes ou os paradigmas políticos dominantes compõem a tese e os opositores, a antítese. Após o embate entre eles, chega-se a uma síntese, que pode ser tanto a harmonia e a complementação entre ambos como a afirmação de um vencedor e a ruína do derrotado. Não importando qual é o resultado final, a síntese transforma-se em nova tese que, por sua vez, será, em algum momento posterior, combatida por uma nova antítese e esse movimento se seguiria, aparentemente, *ad infinitum*. No entanto, o fim do movimento dialético da História, segundo Marx, dá-se com a chegada de uma sociedade sem classes: o comunismo. Nesse estado, não haveria governo para as pessoas, somente para as coisas, e a igualdade e a justiça social imperariam com a abolição da propriedade privada e com a distribuição totalmente comunitária dos meios produtivos, além da auto-regulação dos sistemas de troca e do fim da divisão do trabalho classista (MARX, 1983, MARX; ENGELS, 2011).

A convicção do movimento dialético da luta entre classes fica explícito na seguinte passagem do “Manifesto Comunista”:

A história de todas as sociedades que já existiram é a história da luta de classes. (...) Homem livre e escravo, patrício e plebeu, senhor e servo, chefe de corporação e assalariado; resumindo, opressor e oprimido estiveram em constante oposição um ao outro, mantiveram sem interrupção uma luta por vezes aberta – uma luta que todas as vezes terminou com uma transformação revolucionária ou com a ruína das classes em disputa (MARX; ENGELS, 2011, p.11).

Dessa forma, para cada “Modo de Produção”, existe uma relação entre classe opressora e classe oprimida, que termina ou com uma revolução de quem esteve sob opressão ou com a ruína da classe dominante. Alguns exemplos são fornecidos por Marx e Engels (2008). No sistema escravista antigo, os homens livres das pólis gregas, por exemplo, detinham o poder de imposição à produção sobre os escravos, delegando a eles todas as tarefas que eram consideradas ignóbeis para os cidadãos gregos. Na Roma Antiga, além dos escravos, havia uma classe intermediária de subordinados livres, os

plebeus, que se encontravam sob domínio de uma classe dominante – os patrícios. Essa relação tem fim com a decadência do Baixo Império e com a invasão dos bárbaros germânicos. Na Idade Média, o modo de produção feudal deslocou a produção para os campos (feudos), em que uma classe dominante, composta pelo clero, pela nobreza e pelos senhores feudais, submetiam uma classe oprimida de trabalhadores livres, porém em regime de servidão aos seus senhores, tendo de, inclusive, pagar tributos absurdos aos senhores e ao clero. O modo de produção feudal caiu com o renascimento cultural, urbano e comercial, em que o Período Moderno colocou em funcionamento o já referendado Mercantilismo. Por fim, com a Revolução Industrial, a relação de opressor e oprimido passa a se estabelecer entre duas classes: *Burguesia* (donos dos meios de produção e das propriedades privadas, ociosos e não-produtivos) e *Proletariado* (donos apenas de sua força de trabalho e de sua família, trabalhadores e produtivos). A luta contemporânea vislumbrada ao tempo de Marx e Engels (2011), portanto, era a luta entre burguesia (classe dominante e opressora) e proletariado (classe dominada e oprimida) (MARX; ENGELS, 2011).

Para Marx (1983), o Capitalismo Industrial criou uma nova forma de imperialismo, com a subordinação dos operários aos proprietários dos meios de produção e dos países não-industrializados aos países industrializados. Nos séculos posteriores e ainda hoje, o neoimperialismo cria estas relações de dominação entre países desenvolvidos e países subdesenvolvidos e em desenvolvimento.

### **O Capitalismo Monopolista Financeiro – a terceira era**

Já que estamos falando em “eras” do capitalismo, vamos recorrer a uma nomenclatura utilizada por Erick Hobsbawn (2008) que denomina o período que se identifica com o Capitalismo Monopolista Financeiro – a “Era dos Impérios” (“Age of Empires”).

A “segunda fase” da Revolução Industrial (ou a “Segunda Revolução Industrial”) trouxe novidades.

Ao passo que a primeira fase da Revolução Industrial teve o carvão mineral como principal elemento funcional nas fábricas e o vapor como força

motriz, a segunda fase utilizou o petróleo como principal combustível e a energia elétrica como força motriz.

Enquanto a primeira fase restringiu-se à indústria têxtil, na segunda ocorreu uma diversificação industrial para os setores eletroeletrônico, químico, metalúrgico, etc;

As indústrias de base, siderurgia e metalurgia tiveram grandes papéis para a produção de matérias-primas de ferro e aço para os demais setores.

Por fim, enquanto a primeira fase restringiu-se ao território inglês, a segunda fase expandiu a industrialização para novas nações, como França, Bélgica, Holanda, Itália, Alemanha, Japão e EUA.

Os desdobramentos foram tanto políticos quanto econômicos.

Os países europeus estavam se transformando em grandes potências e necessitavam de matéria-prima e mão-de-obra baratas, gerando expansão territorial em formas de imperialismo, incluindo o neocolonialismo. Os grandes movimentos nacionalistas, como o interesse sérvio pelos Bálcãs, a Grande Rússia do regime dos czares, a Grande Alemanha estimulada pelo governo de Bismarck e o nacionalismo inglês e francês, criaram os grandes impérios políticos da modernidade.

No setor econômico, os setores de produção e venda foram dominados por impérios econômicos monopolistas, como os da indústria automobilística, como a Ford e a General Motors, capitaneadas, respectivamente, pelos gênios engenhosos Henry Ford e Alfred Sloan Jr, e os da indústria de petróleo, prototipizada pela Standard Oil, liderada pelo sedento de poder imperial John D. Rockefeller.

A otimização e a eficiência da produção e do escoamento de mercadorias eram as ordens de todos os dias.

Para Weber (2015), o capitalismo desta época era resultado da racionalização social dos Estados Racionais, em associação a modernização dos dispositivos de produção através da “Racionalidade Instrumental”, ou seja, a aplicação de procedimentos e a implantação de estratégias racionalmente planejadas para otimizar a produção, em um sistema coerente, ordenado e com clara divisão de funções.

O engenheiro Frederick Winslow Taylor percebeu a necessidade de “cientificizar” a produção e escreveu seu único livro “Princípios da administração científica” com este propósito.

O maior intento de Taylor era a “Racionalização da produção”. Para ele, a busca deveria ser de uma produção com nível satisfatório de produtividade sem o esgotamento daqueles que fornecem o fator humano para o campo produtivo: o operário e o administrador.

O fim a que ele visava era fazer o trabalhador despender o máximo de esforço que lhe fosse possível sem que suas forças fossem esgotadas com o correr de sua vida produtiva e também que o administrador pudesse, com conforto, administrar as forças produtivas sem desgaste desnecessário provocado por uma atividade fabril desorganizada.

O operário poderia produzir dando seus melhores esforços sob disciplina rígida do tempo e da produção esperados, sem ter, necessariamente, suas forças esgotadas e, acima de tudo, podia haver convivência pacífica entre o chão de fábrica e a administração sem a produção de estresse em qualquer das duas partes. Assim o estresse não drenaria as forças nem do administrador nem do operário e podia haver uma certa “felicidade” na atividade produtiva.

O treinamento dos trabalhadores era essencial. Importava treinar o trabalhador e aproveitá-lo onde suas habilidades melhor recomendassem.

Para a otimização da produção, dever-se-ia usufruir da aplicação do método científico ao trabalho e à produção, que consistiria em observação rigorosa e sistematizada das etapas de produção, criação de um planejamento sofisticado para a sua execução e avaliação dos resultados e padronização dos métodos de trabalho – “Ora, entre os vários métodos e instrumentos utilizados em cada operação, há sempre método mais rápido e instrumento melhor que os demais. Êstes métodos e instrumentos melhores podem ser encontrados bem como aperfeiçoados na análise científica de todos aqueles em uso” (sic TAYLOR, 1963, p.25).

Por fim, para dar o último tom científico da produção, deveria haver um estudo do tempo e dos movimentos.

A notável economia do tempo e o conseqüente acréscimo de rendimento, possíveis de obter pela eliminação de movimentos desnecessários e substituição dos movimentos lentos e ineficientes por movimentos

rápidos em todos os ofícios, só poderão ser apreciados de modo completo depois que forem completamente observadas as vantagens que decorrem dum perfeito estudo do tempo e do movimento, feito por pessoa competente (sic TAYLOR, 1963, p.25).

Com as atividades produtivas organizadas, a administração também teria mais tempo e ânimo para melhorar os processos produtivos.

Diferente do que pensava o Marxismo, para Taylor os benefícios gerados pela boa administração eram dados tanto aos empregados quanto aos administradores.

No caso de uma indústria mais complexa, estará perfeitamente esclarecido que poderá ser obtida a maior prosperidade permanente do operário, acompanhada da maior prosperidade permanente do patrão, quando o trabalho da empresa fôr realizado com o menor gasto de esforço humano, combinado com o menor gasto de matérias-primas, com a inversão do capital em instalação de máquinas, em edifício, etc. (sic TAYLOR, 1963, p.15).

Não demorou muito para que críticas incisivas contra a “Racionalidade Instrumental” fossem tecidas. Os fundadores da “Teoria Crítica” no núcleo de pesquisas sociais que ficou conhecido como “Escola de Frankfurt”, conceberam a “Razão Instrumental” como forma de desumanização e mercantilização da razão.

Na obra “Dialética do Esclarecimento”, Adorno e Horkheimer (1985) apontam para um curioso movimento dialético paradoxal em que a Razão, que prometia ser o instrumento de libertação da humanidade, provocou a criação de um complexo sistema social que aprisionou as pessoas e aboliu o seu status de sujeito, alienando suas manifestações e expressões ao funcionamento do mercado. Os autores frankfurtianos afirmaram que o esclarecimento é totalitário, ou seja, o Homem criou uma razão que o aprisionou.

A “Razão Técnica” ou “Instrumental” objetivaria fins de produção e de mercado, imersa em uma aspiração excessiva por desenvolvimento técnico-científico que não passaria por considerações humanas, sociais e ambientais. Por trás dessa Razão, aparentemente alienada, haveria uma lógica beneficente às classes dominantes e produtores de mercadorias destinadas à massa, portanto, haveria uma lógica de mercado sob essa manipulação.

A era do Capitalismo Monopolista Financeiro, pautado pelo desenvolvimento da racionalidade de produção, foi chamado por Bauman (2001) de “Capitalismo Pesado”. O Capitalismo Pesado teve seu tempo, mas na era da liquidez, ele se desfez para ceder lugar ao “Capitalismo Leve”.

### **“Capitalismo Leve” e a produção incessante do desejo de consumir – o estado atual**

Na já muito contemplada neste texto obra magna de Max Weber, “Economia e Sociedade”, o autor atesta que, tal como o progresso e a modernização da economia apontavam, inevitavelmente, para o capitalismo, a modernização e a progressão do Estado estavam direcionados para o máximo da burocratização do funcionalismo, elevando a administração estatal/pública ao máximo de funcionalidade que ela poderia alcançar.

Em um Estado moderno, o domínio efetivo, que não se manifesta nos discursos parlamentares nem em declarações de monarcas, mas sim no cotidiano da administração, encontra-se, necessária e inevitavelmente, nas mãos do funcionalismo, tanto do militar quanto do civil, pois também o oficial superior moderno dirige as batalhas a partir do “escritório”. Do mesmo modo que o chamado progresso em direção ao capitalismo, desde a Idade Média, é o critério unívoco da modernização da economia, o progresso em direção ao funcionalismo burocrático, baseado em contrato, salário, pensão, carreira, treinamento especializado e divisão do trabalho, competências fixas, documentação e ordem hierárquica, é o critério igualmente unívoco da modernização do Estado, tanto do monárquico como democrático (WEBER, 2015, p.529).

Sem sombra de dúvidas, Weber espantar-se-ia com o atual estado de coisas. A “Modernidade Líquida” (BAUMAN, 2001) “liquefez” as fixações burocráticas e deu origem à palavra de ordem da sociedade contemporânea: a *flexibilidade*.

Durante duzentos anos passados após a primeira revolução industrial, o mundo e a ciência conviveram com o que o Bauman chamou de “Capitalismo Pesado”. Prototipizado pelo modelo fordista de produção, havia uma clara discriminação entre os projetistas e os executantes, entre os dirigentes e os dirigidos, entre as autoridades e os subordinados, além de os fins serem bem

delimitados e as carreiras terem tanta estabilidade e direcionamento quanto as estruturas físicas de produção (fábricas, linhas de trem etc). Nos tempos hodiernos, o declarado “Capitalismo Leve” tornou preteríveis as grandes estruturas, incertas as carreiras e difusas as relações de trabalho. O capitalismo que estudaram Marx e Weber não é o capitalismo líquido das siglas virtuais e dos meios de produção itinerantes. As autoridades não deixaram de existir, mas são tão múltiplas que sua multiplicidade causa as suas anulações. Os meios de produção e de consumo são sofisticados em ritmo exponencial, contudo, os fins são desconhecidos.

Os passageiros do navio “Capitalismo Pesado” confiavam (nem sempre sabiamente) em que os seletos membros da tripulação com direito a chegar à ponte do comando conduziram o navio a seu destino. Os passageiros podiam devotar toda sua atenção a aprender e a seguir as regras a eles destinadas e exibidas ostensivamente em todas as passagens. Se reclamavam (ou às vezes amotinavam), era contra o capitão, que não levava o navio a porto com suficiente rapidez, ou por negligenciar excepcionalmente o conforto dos passageiros. Já os passageiros do avião “Capitalismo Leve” descobrem horrorizados que a cabine do piloto está vazia e que não há meio extrair a “caixa preta” chamada piloto automático qualquer informação sobre para onde vai o avião, onde aterrizará, quem escolherá o aeroporto e sobre se existem regras que permitam que os passageiros contribuam para a segurança da chegada (BAUMAN, 2001, p.77).

Como sugerido por Norbert Elias (1994), a “Modernidade Líquida” ou “Modernidade Fluída”, da era do “Capitalismo Leve”, é a “Sociedade dos Indivíduos”. O mais protuberante fenômeno desta configuração social é que na sociedade dos indivíduos a identidade individual não é dada ao sujeito tal como em outras eras, mas ela deve ser buscada através de realizações individuais. Todo o sucesso ou o fracasso de uma pessoa se deve somente a ela mesma.

Não se engane: agora, como antes – tanto no estágio leve e fluido da modernidade quanto no sólido e pesado -, a individualização é uma fatalidade, não uma escolha. Na terra da liberdade individual de escolher, a opção de escapar à individualização está decididamente fora de jogada. A autocontenção e a autossuficiência do indivíduo podem ser outra ilusão: que homens e mulheres não tenham nada a que culpar por suas frustrações e problemas mas não precisa agora significar, não mais que

no passado, que possam se proteger contra a frustração utilizando suas próprias estratégias, ou que escapem de seus problemas puxando-se, como o Barão de Munchausen, pelas próprias botas. E, no entanto, se ficam doentes, supõe-se que foi porque não foram suficientemente decididos e industriais para seguir seus tratamentos; se ficam desempregados, foi porque não aprenderam a passar por uma entrevista, ou porque não se esforçaram o suficiente para encontrar trabalho ou porque são, pura e simplesmente, avessos ao trabalho; se não estão seguros sobre as perspectivas de carreira e se agoniam sobre o futuro, é porque não são suficientemente bons em fazer amigos e influenciar pessoas e deixarem de aprender e dominar, como deveriam, as artes da autoexpressão e da impressão que causam (BAUMAN, 2001, p.47).

A chamada “Pós-Modernidade” é, além de uma Sociedade de Indivíduos, uma “Sociedade de Consumo”. As infinitas possibilidades de realização individualista são transformadas em infindáveis produtos de consumo. Deste modo, o foco do capitalismo nos tempos atuais não é a produção, a industrialização, o desenvolvimento tecnológico ou o escoamento de mercadorias, mas, sim, a *produção em massa de consumidores insaciáveis*. Divergindo do capitalismo industrial e do capitalismo monopolista, que cultivava *necessidades* para a venda de seus produtos, o “Capitalismo de Consumo” produz *desejos*, que são mais maleáveis, fáceis de proliferar e manipuláveis (principalmente pelos engodos da propaganda).

O consumismo de hoje, porém, não diz mais respeito à satisfação das necessidades – nem mesmo as mais sublimes, distantes (alguns diriam, não muito corretamente, “artificiais”, “inventadas”, “derivativas”) necessidades de identificação ou a autosssegurança quanto à “adequação”. Já foi dito que o *spiritus movens* da atividade consumista não é mais o conjunto mensurável de necessidades articuladas, mas o *desejo* – entidade muito mais volátil e efêmera, evasiva e caprichosa, e essencialmente não referencial que as “necessidades”, um motivo autogerado e autopropelido que não precisa de outra justificação ou “causa”. Apesar de suas sucessivas e sempre pouco duráveis reificações, o desejo tem a si mesmo como objeto constante, e por essa razão está fadado a permanecer insaciável qualquer que seja a altura pela pilha dos outros objetos (físicos ou psíquicos) que marcam seu passado (BAUMAN, 2001, p.96-97, grifos do autor)

A nível individual, o fim do desejo do consumo não é o consumo, mas o próprio desejo. Para quem se beneficia com o consumo, o fim do desejo de consumir também não é o consumo, mas a necessidade de criar uma inexorável insatisfação com tudo o que é consumido, para que o consumidor voraz e insaciável continue a querer sempre o novo, fazendo com que os tempos de permanência sejam encurtados cada vez mais, mobilizando força de produção, administração e implantação de tecnologias de produção em massa para colocar no cardápio do consumidor uma novidade a cada dia. Mas, tome-se cuidado, esta novidade não pode ser repetida na próxima vez que o consumidor for ao restaurante.

### **Considerações finais**

A aliança entre o Estado Nacional Moderno absolutista monárquico, controlador do capital e monopolizador das atividades econômicas a burgueses selecionados para comandar cada setor da economia do Estado, foi muito conveniente a ambos os lados por um longo período. No entanto, o controle econômico do Estado sobre a economia, somado às necessidades de ascensão da emergente burguesia, geraram os movimentos liberais políticos e econômicos, pioneirizados, respectivamente, por John Locke e Adam Smith (RUSSELL, 2015). Os ideais liberais geraram o espírito iluminista republicano-liberal, fazendo cair o *ancien régime* e gerando as Revoluções Puritana e Gloriosa na Inglaterra no século XVII, a Revolução Francesa no fim do século XVIII e as sucessivas revoluções liberais em toda a Europa no século XIX. Concomitantemente às revoluções liberais republicanas, as revoluções industriais derrubaram o Mercantilismo e implantaram o Capitalismo Industrial.

Alguns titãs da indústria, como Henry Ford, Alfred Sloan Jr e John Rockefeller, monopolizaram os seus setores e, mediante políticas de facilitação de créditos e transação de ações, fizeram eclodir, no início do século XX, o Capitalismo Monopolista Financeiro. Dos titãs surgiram os deuses do “Olimpo do Capital”. Os oligopólios foram mantidos, a concentração de renda foi aumentada, mas, como sinaliza Bauman (2001), os deuses se tornaram tão numerosos que

a própria quantidade elevada anulou suas autoridades ao gerar o fim da relação de dependência entre o trabalho e o capital.

Para tantos no mesmo grande sistema ecológico chamado “capitalismo globalizado” (o Capitalismo Leve) restou uma única alternativa: coadunarem com os mesmos propósitos de produção de desejo de consumo e até de obsessões consumistas e comungarem os lucros e dividendos de uma forma bem peculiar – completamente isolados e solitários.

## Referências

ADORNO, T. W. HORKHEIMER, M. *Dialética do esclarecimento* : filosóficos. Tradução de Guido Antonio de Almeida – Rio de Janeiro : Zahar, 1985.

BAUMAN, Z. *Modernidade Líquida*. Tradução Plínio Dentzein. – Rio de Janeiro: Zahar, 2001.

CRESPO, L.F. BOTELHO, O.S. KRASTANOV, S.V. História da filosofia contemporânea I. – Batatais, SP : Claretiano, 2013.

ELIAS, N. *A sociedade dos indivíduos*. Tradução de Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1994.

HOBBSAWN, E. *A Era dos Impérios (1875-1914)*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2008.

MARX, K. *O capital*: crítica da economia política.; apresentação de Jacob Gorender ; coordenação e revisão de Paul Singer ; tradução de Regis Barbosa e Flávio R. Kothe. – São Paulo : Abril Cultural, 1983.

MARX, K. ENGELS, F. *A ideologia alemã*. ; [ introdução de Jacob Gorender] ; tradução Luis Claudio de Castro e Costa. – São Paulo : Martins Fontes, 1998. – (Clássicos).

\_\_\_\_\_. *O manifesto comunista*. Trad. Maria Lucia Como. – [Edição especial]. – Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2011.

RUSSELL, B. *História da filosofia ocidental – Livro 3: A filosofia moderna*.; Tradução Hugo Langone – 1. ed. – Rio de Janeiro : Nova Fronteira, 2015.

SANDEL, M.J. *Justiça – o que é fazer a coisa certa*. Tradução de Heloisa Matias e Maria Alice Máximo. – 26ª edição – Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2019.

TAYLOR, F. W. *Princípios de administração científica*. Trad. Arlindo Viera Ramos. São Paulo: Atlas, 1963

WEBER, M. *Economia e Sociedade*: fundamentos da sociologia compreensiva. Tradução de Regis Barbosa e Karen Elsabe Barbosa; rev. téc. de Gabriel Cohn, 4ª ed. 4ª reimpressão – Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2015.